

CÂMARA MUNICIPAL

DE

LAGOA – AÇORES

ATA N.º 24/2019

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2019

(Contém 12 Folhas)

ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:

PRESIDENTE – CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO

VEREADOR – CARLOS AUGUSTO BORGES RODRIGUES FURTADO

VEREADOR – FERNANDO JORGE VENTURA MONIZ

VEREADOR – NELSON ANTÓNIO ROSA DOS SANTOS

VEREADOR – ROBERTO MANUEL DE SOUSA OLIVEIRA

FALTARAM OS SEGUINTE MEMBROS:

VEREADOR – RICARDO NUNO FERREIRA MARTINS MOTA

VEREADORA – ALBERTINA MARIA COSTA OLIVEIRA



CÂMARA MUNICIPAL**DE****LAGOA – AÇORES****ATA N.º 24/2019****DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2019**

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano dois mil e dezanove, nesta cidade de Lagoa, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Lagoa, sob a Presidência da Exma. Senhora Cristina de Fátima Silva Calisto, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos Exmos. Senhores Vereadores: Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado; Fernando Jorge Ventura Moniz; Nelson António Rosa dos Santos e Roberto Manuel de Sousa Oliveira.

Não compareceram à reunião os Senhores Vereadores Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota e Albertina Maria Costa Oliveira.

Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver «quórum» para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, a Excelentíssima Senhora Presidente declarou aberta a reunião, pelas 09:00 horas.

A reunião foi secretariada por Maria da Estrela Aguiar, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos.

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:

A Senhora Presidente da Câmara propôs à aprovação de todos os membros a ata da reunião ordinária de 15 de novembro de 2019.

A Câmara tomou conhecimento e a ata da referida reunião foi aprovada, por unanimidade, conforme disposto no número 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, não tendo participado na votação os Senhores Vereadores Fernando Jorge Ventura Moniz e Nelson António Rosa dos Santos, porque não estiveram presentes naquela reunião e será assinada pela Senhora Presidente e por quem secretariou a reunião.



JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:

A Senhora Presidente deu conhecimento à Câmara que justificou as faltas dos Senhores Vereadores Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota e Albertina Maria Costa Oliveira, de acordo com a alínea c) do artigo 39.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, competência que foi delegada em reunião de 25 de outubro de 2017.

A Câmara tomou conhecimento.

ANTES DA ORDEM DO DIA:**CONVENTO DOS FRANCISCANOS:**

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado perguntou porque é que o Convento dos Franciscanos está a mudar de nome para “Convento de Santo António”.

A Senhora Presidente informou que historicamente aquele Convento chamava-se Convento de Santo António, conforme descrito nos livros de Gaspar Frutuoso. O Prof. Igor Espínola de França, coordenador de Educação e Cultura da Câmara Municipal de Lagoa, poderá fornecer informação sobre esta situação que muitas vezes tem sido também invocada pelo Padre Nuno Maiato, da Paróquia de Santa Cruz.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado manifestou a sua discordância com a alteração do nome do Convento dos Frades ou Convento dos Franciscanos para o nome de Convento de Santo António.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira manifestou que lhe é indiferente o nome do Convento, mas, em sua opinião, tem de haver um documento técnico, de sustentação histórica, que explique toda a situação, tanto histórica como religiosa.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que irá apresentar uma nota manifestando o seu protesto contra a mudança do nome e invocando que deverá manter-se a designação de Convento dos Franciscanos, como é do conhecimento de todos.

A Câmara tomou conhecimento.

PEDRAS DA ERMIDA DE SÃO JUDAS:

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que o desaparecimento das pedras da Ermida de São Judas não pode ser encarado de forma ligeira e questionou a Senhora Presidente sobre o assunto, pois na visita que efetuou ao Parque Municipal de Obras da Câmara Municipal, não encontrou as pedras de cantaria da Ermida de São Judas. Encontrou muitas pedras, mas de enchimento.



A Senhora Presidente referiu que, conforme já informou em anteriores reuniões, quando questionada sobre o assunto, que as pedras da Ermida de São Judas estão guardadas no Parque Municipal de Obras da Câmara Municipal e não tem conhecimento do desaparecimento das pedras de cantaria. Mais informou que, em sua opinião, a Ermida deveria ser reerguida o mais próximo possível do seu lugar original e neste sentido oficiou à Direção Regional das Obras Públicas e Comunicações a solicitar a cedência de um terreno, na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, junto à SCUT, para reconstrução da Ermida de São Judas.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu novamente que o que viu foram pedras de enchimento e não as pedras de cantaria da Ermida. Mais referiu que alguém lhe disse que as pedras desapareceram. As mesmas já foram levadas e continuam a ser.

A Senhora Presidente referiu que desconhece essa situação e questionou o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado sobre quem lhe deu essas informações.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado disse que não o poderia fazer pelas razões que imagina.

A Senhora Presidente expôs que face a esta declaração, supõe que seja algum funcionário e pediu que o mesmo seja identificado, tendo o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado respondido que não lhe podia revelar a fonte, sendo a mesma credível.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que se de facto as pedras existem, então que sejam colocadas e ordenadas em paletes e, na qualidade de Vereador desta Câmara Municipal, solicitou uma nova visita ao Parque Municipal de Obras da Câmara Municipal para verificar a existência das pedras da Ermida de São Judas, porque senão irá ao Ministério Público apresentar queixa, porque considera que é um crime que lesa o património. Acrescentou que a Câmara Municipal pagou pelas pedras da Ermida para a reerguer mais tarde e as pedras desapareceram.

A Senhora Presidente referiu que não tem conhecimento que a Câmara Municipal tenha pago as pedras da Ermida de São Judas. Sabe que o proprietário quis limpar o terreno e a Câmara Municipal guardou as pedras da Ermida de São Judas, no Parque Municipal de Obras, para mais tarde reerguer a Ermida. Mais referiu que se fosse nos dias hoje e com a atual legislação, não seria possível destruir a Ermida.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que não vai chegar ao final deste mandato sendo conivente com esta situação e solicitou que a Senhora Presidente providenciasse a colocação das pedras ordenadas em paletes de forma a poder ir verificar. No caso de não ser possível, sugeriu que seja instaurado um inquérito interno para averiguar a situação e se o mesmo não for conclusivo que a Senhora Presidente apresente queixa no Ministério Público. Acrescentou que se a Senhora Presidente não apresentar queixa ele o fará, porque enquanto membros desta Câmara Municipal têm o dever de acautelar o património e os bens deste Concelho.



A Senhora Presidente informou que vai averiguar a situação e estão a envidar todos os esforços no sentido da Ermida de São Judas ser reerguida.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que existe uma suspeição pública que não existem as pedras da Ermida de São Judas, mas não se sabe se há fundamento. A Senhora Presidente está a preparar o projeto para reedificação da Ermida que será uma mais-valia para o património do Concelho e está crente que as pedras da Ermida de São Judas estão guardadas no Parque Municipal de Obras da Câmara Municipal, pelo que deverão aguardar.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que antes de se avançar com o projeto dever-se-ia verificar se efetivamente as pedras da Ermida de São Judas existem e não duvida da boa-fé da Senhora Presidente.

O Senhor Vereador Nelson Santos disse que lamenta o seu desconhecimento em relação à história da Ermida de São Judas e questionou se a reedificação da Ermida irá recuperar alguma manifestação religiosa ou de fé da Comunidade.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado respondeu que o que está em causa é o crime de pilhagem e é o direito que os Lagoenses têm por terem pago para ficarem com uma Ermida e deixarem de a ter.

A Câmara tomou conhecimento.

ASSUNTO PROPOSTO NA COMISSÃO DE TRÂNSITO:

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que propôs na reunião da Comissão de Trânsito, de 6 de dezembro de 2017, “a criação de lugares de estacionamento temporário, entre as árvores e por um período de tempo permitido de 30 minutos, na Av. Infante D. Henrique, junto ao Santander Totta, S.A., junto ao Instituto da Segurança Social e ainda junto ao Centro de Fisioterapia da Dra. Teresa Albergaria, que poderá ser uma solução para resolver problemas de estacionamento abusivo naquela artéria”, sendo que ficaram de enviar ofício à Direção Regional das Obras Públicas e Comunicações a apresentar a proposta e decorrido já algum tempo questionou qual o ponto de situação sobre este assunto.

A Senhora Presidente respondeu que este assunto já tinha sido apresentado no passado e foi indeferido.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que existe situação idêntica nas Alminhas, tendo a Senhora Presidente respondido que aquele estacionamento já existe há muito tempo. A política adotada tem sido de não autorizar novas entradas para vias Regionais, como também a criação de novas rotundas em Estradas Regionais. Acrescentou que há, ainda, que ter em atenção a questão de mobilidade, que prevê que nas cidades tem de existir espaços para as pessoas circularem e, ao criar estacionamento naquelas zonas, ficariam com menos espaço de passeios para os peões.



O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado disse que a Câmara deveria obter uma resposta formal por parte da Direção Regional das Obras Públicas e Comunicações.

A Senhora Presidente respondeu que irá confirmar se foi enviado o ofício e, caso não tenha sido feito na altura, será enviado o ofício à Direção Regional das Obras Públicas e Comunicações.

A Câmara tomou conhecimento.

ESCOLA PROFISSIONAL INETESE NA LAGOA:

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado apresentou que consta que há falta de condições de estudo na Escola Profissional Inetese e que este verão os alunos tiveram aulas no jardim, porque nas salas de aulas não havia condições. Questionou o que se passa naquele espaço que foi adaptado pela Câmara Municipal para funcionamento de uma Escola.

A Senhora Presidente informou que o problema teve a ver com a falta de ar condicionado, mas já foi adjudicado o procedimento para instalação do novo ar condicionado e passou a palavra ao Senhor Eng. Nelson Santos que tem acompanhado a situação.

O Senhor Vereador Nelson Santos informou que na altura do funcionamento da Pousada da Juventude de Lagoa já havia algumas manifestações de desconforto, em relação ao ar condicionado. Foi uma situação que no início do funcionamento da Escola não foi detetada, mas no decorrer do verão verificou-se algum desconforto, principalmente nas salas do 1.º andar. A Câmara Municipal já procedeu ao procedimento para o novo ar condicionado que será instalado no período das férias do Natal, para minimizar o impacto no funcionamento das aulas.

A Câmara tomou conhecimento.

PROJETO DO SEGUNDO EDIFÍCIO DO NONAGON:

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que foi noticiado a apresentação do projeto do segundo edifício do Nonagon, mas não foi dito quando iniciam as obras.

A Senhora Presidente informou que a obra será lançada a concurso no próximo mês de dezembro e a construção do segundo edifício do NONAGON, está prevista arrancar no próximo ano.

A Câmara tomou conhecimento.

ORDEM DO DIA:

PRESIDÊNCIA:



PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE AS ATIVIDADES CAMARÁRIAS E DE INTERESSE MUNICIPAL:

A Senhora Presidente da Câmara apresentou a informação sobre as atividades Camarárias e de interesse Municipal, com os seguintes assuntos:

- Evento “Smart City” reforça posição da Lagoa em termos tecnológicos;
- Câmara de Lagoa associou-se à Escola Secundária para assinalar Dia Nacional do Mar;
- Semana da Prevenção dos Resíduos assinalada em Escolas do Concelho de Lagoa;
- Sara Pereira alcançou 1.º lugar no Open Internacional de Lisboa;
- A Lagoa está a viver uma revolução silenciosa ao nível do seu desenvolvimento e crescimento futuro;
- Double Tree By Hilton Azores é mais um investimento que revela a dinâmica da Lagoa para a captação de projetos de dimensão internacional e nacional;
- Lagoa recebeu Encontro Ibérico de Parques Tecnológicos que se realizou pela primeira vez nos Açores;
- Apresentado, na Lagoa, o Plano de Ação do Polo Local de Desenvolvimento e Coesão Social de Água de Pau 2019-2021;
- Câmara de Lagoa participou em Fórum dos Municípios no Pavilhão do Mar;
- Caminho do Valongo inaugurado em Água de Pau;
- Projeto do segundo Edifício do Nonagon apresentado na Lagoa;
- Cristina Calisto participou nas XVI Jornadas Autárquicas das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia e Cabo Verde;
- Assinado Protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Lagoa, a Secretaria Regional da Saúde e a Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel;
- Biblioteca Tomaz Borba Vieira promoveu noite de histórias em pijama;
- Cine Teatro Lagoense recebeu Peça de Teatro «Evangélicas, Divorciadas e Vegetarianas»;
- Praça Nossa Sra. da Graça iluminada pela eliminação da Violência Contra a Mulher;
- Cristina Calisto recebeu novo Comandante da PSP dos Açores.

A Câmara tomou conhecimento.

PONTO N.º 2 – PROPOSTA – AGENDAMENTO DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL, PARA 2020:

A Senhora Presidente da Câmara apresentou e colocou à votação a proposta, sobre o agendamento das Reuniões Ordinárias da Câmara Municipal, para o ano de 2020, que abaixo se transcreve:



“Com o objetivo de uma melhor organização e funcionalidade dos serviços e de permitir uma preparação mais correta e atempada dos processos e documentos a serem presentes e analisados pelo respetivo Órgão Executivo, proponho:

- Nos termos do n.º 1 do artigo 40.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que as reuniões ordinárias da Câmara Municipal se realizem às quintas-feiras, pelas 09:00 horas, nas atuais instalações da Câmara Municipal. As reuniões que coincidem com dia feriado ou de tolerância de ponto serão realizadas na terça-feira seguinte;
- Em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 49.º do mesmo diploma, as últimas reuniões de cada mês serão públicas;
- A Câmara reunirá ordinariamente, em 2020: 9 e 23 de janeiro; 6 e 20 de fevereiro; 5 e 19 de março; 2, 16 e 30 de abril; 14 e 28 de maio; 16 e 25 de junho; 9 e 23 de julho; 6 e 20 de agosto; 3 e 17 de setembro; 1, 15 e 29 de outubro; 12 e 26 de novembro; 10 e 29 de dezembro.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Aprovar a proposta apresentada, com o agendamento das Reuniões Ordinárias da Câmara Municipal, para o ano de 2020;

2.º Dar a necessária publicidade à presente deliberação por afixação de editais em lugares de estilo.

UNIDADE ORGÂNICA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE EXPEDIENTE GERAL, CONTRATAÇÃO PÚBLICA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS:

PONTO N.º 3 – PROPOSTA DE DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA EIRSU, EIM, S.A.:

Foi presente a Proposta de Dissolução e Liquidação da EIRSU, EIM, S.A., que se junta por fotocópia à presente ata para dela fazer parte integrante como documento anexo sob o número 1, acompanhada do ofício n.º 27 da EIRSU, EIM, S.A., de 14 de novembro do corrente ano, bem como cópia da ata n.º 29 da Assembleia Geral da EIRSU - Empresa Intermunicipal de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos da Ilha de São Miguel, EIM, S.A. e o Balanço Individual, em 31 de outubro de 2019.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Que se proceda à extinção da EIRSU, EIM, S.A., – com a definição dos termos da liquidação do respetivo património -, nos termos descritos na proposta, seguindo-se os legais e regulares termos, formais e registrais, até ao seu definitivo encerramento, tudo ao abrigo do disposto no Regime Jurídico dos Procedimentos Administrativos de Dissolução e Liquidação de Entidades Comerciais, cfr artigo 62.º, n.º 4, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual



redação e artigo 33.º, n.º1, alínea ccc) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por remissão do artigo 22.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;

2.º Submeter o presente processo a deliberação da Assembleia Municipal e, subsequentemente, informar o Tribunal de Contas do estado do processo e dar imediata execução da decisão.

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE TESOURARIA:

PONTO N.º 4 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:

Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria do dia 28 de novembro do ano em curso que apresenta um saldo de Dotações Orçamentais de 532.072,23 € (quinhentos e trinta e dois mil setenta e dois euros e vinte e três cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

UNIDADE ORGÂNICA GESTÃO URBANA E DE INFRAESTRUTURAS:

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE TAXAS, LICENÇAS, ÁGUA E SANEAMENTO:

PONTO N.º 5 – PROPOSTA - ALTERAÇÕES À TABELA DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA-AÇORES:

Foi presente a proposta de alterações à Tabela de Taxas e Licenças do Município de Lagoa-Açores, que abaixo se transcreve:

“Considerando que a Assembleia Municipal, em suas sessões de 4 de dezembro de 2018 e 26 de fevereiro de 2019, aprovou a introdução do campo Observação no Capítulo IV, a alteração do n.º 10 do artigo 6.º e a 10.ª e 12.ª Observação do Capítulo VI do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças do Município de Lagoa-Açores, conforme editais datados em 5 de dezembro de 2018 e 27 de fevereiro de 2019, propõe-se para o ano de 2020, a prorrogação daquelas alterações à Tabela de Taxas e Licenças do Município de Lagoa-Açores.

Assim:

CAPÍTULO IV

SECÇÃO I – OCUPAÇÃO DO ESPAÇO DE DOMÍNIO PÚBLICO - LICENÇAS

Artigo 4.º

Ocupação do espaço aéreo da via pública

...

OBSERVAÇÕES

Temporariamente e transitoriamente, até 31 do mês de dezembro de 2020, o licenciamento da ocupação do espaço de domínio público municipal, desde que as respetivas sedes (domicílio fiscal) se situem no Município de Lagoa, das ocupações referidas no n.º 1 e n.º 2 do presente artigo beneficiam das seguintes isenções e reduções:

Componente indexada à área de ocupação – isenção

Componente indexada ao tempo de ocupação – redução de 50%.

Artigo 6.º

Ocupações diversas

...

10. Temporariamente e transitoriamente, até 31 do mês de dezembro de 2020, o licenciamento da ocupação do espaço de domínio público municipal para instalação/ocupação de esplanadas, com mesas e cadeiras previstas no ponto 2 beneficiam de uma redução de 50% das taxas.

CAPÍTULO VI

PUBLICIDADE – LICENÇAS

OBSERVAÇÕES

...

10.ª Quando o respetivo pagamento não for efetuado durante o mês de janeiro, o mesmo será acrescido de um agravamento de 50%.

...

12.ª Beneficiam de uma redução de 50% das taxas referidas no Capítulo VI os dizeres que resultam de imposição legal, os anúncios destinados à identificação e localização de sociedades comerciais e empresas desde que as respetivas sedes (domicílio fiscal) se situem no Município de Lagoa.”

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que o ano passado foi dito que estava a ser preparado o novo Regulamento Municipal de Taxas e Licenças do Município de Lagoa-Açores e questionou o ponto de situação.

A Senhora Presidente passou a palavra ao Senhor Eng. Nelson Santos que está a acompanhar o assunto.

O Senhor Vereador Nelson Santos informou que os regulamentos da Câmara Municipal estão a ser revistos e o trabalho ainda está a decorrer.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que já o ano passado tinha alertado que a isenção do pagamento das taxas de ocupação da via pública deveria abranger outras áreas do comércio e não apenas os estabelecimentos de restauração e cafés. Assim, propôs que a redução de 50% das taxas deveria ser extensiva a outras áreas do comércio, pois defende a uniformização de procedimentos.



Após troca de impressões entre todos os membros, foi proposto incluir a redução de 50% das taxas nos seguintes pontos do Artigo 6.º Ocupações diversas, da Tabela de Taxas e Licenças do Município de Lagoa-Açores:

1. Dispositivos destinados a anúncios ou reclamos;
2. Esplanadas /Mesas e Cadeiras;
6. Guarda-ventos anexos aos locais ocupados, na via pública;
7. Outras ocupações da via pública.

Assim, o Artigo 6.º Ocupações diversas, passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 6.º

Ocupações diversas

...

10. Temporariamente e transitoriamente, até 31 do mês de dezembro de 2020, o licenciamento da ocupação do espaço de domínio público municipal, previsto nos pontos 1, 2, 6 e 7 beneficiam de uma redução de 50% das taxas.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Concordar com as propostas apresentadas;

2.º Submeter as referidas propostas de alterações à Tabela de Taxas e Licenças do Município de Lagoa-Açores, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, à aprovação da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da citada Lei.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:

Atendendo que foi a última reunião do mês, seguiu-se um período de intervenção aberto ao público que por não estar ninguém presente com direito a intervir, foi o mesmo dado por encerrado.

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta, a fim das respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos.



ENCERRAMENTO:

E não havendo mais nada a tratar, sendo 10:45 horas, foi pela Senhora Presidente da Câmara Municipal encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida foi aprovada e assinada nos termos da Lei.

E eu  , Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, a redigi e assino.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL


CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO